

O consumo do passado: o turismo cultural e a onda memorialística

Consumption of the past: cultural tourism and the memorialist wave

Jaqueline Henrique Cardoso
Mestranda, PPGH-UDESC
jaquehst@gmail.com

Resumo: Este artigo pretende compreender qual o lugar que turismo cultural tem ocupado frente à onda memorialista que temos acompanhado nas últimas décadas, onde é possível observar um crescente interesse pelas questões ligadas a memória e aos lugares onde ela se cristaliza. Essa emergência da memória esta sendo encarada nesse texto como um reflexo do regime de historicidade presentista, de modo que para argumentarmos sobre essa questão estaremos dialogando com autores como Hartog, Huyssen, e Koselleck. As contribuições com relação ao turismo cultural vem de áreas diversas, sendo esse um tema multidisciplinar. Por isso será articulada a discussão com profissionais da sociologia, da comunicação, da história, dentre outras.

Palavras-chave: Turismo Cultural; Memória; Presentismo

Abstrat: This article aims to understand the place where cultural tourism has been at the movement front of memoirs that have followed in recent decades, where you can observe a growing interest in issues related to memory and to places where it crystallizes. This emergence of memory is being seen in this text as a reflection of the regime of presentist history, so to argue about this issue we will be talking with authors such as Hartog, Huyssen, and Koselleck. The contributions in relation to cultural tourism comes from several areas, making a multidisciplinary theme. So the discussion will be articulated with professional sociology, communication, history, among others.

Keywords: Cultural Tourism; Memory; presentist

Nas últimas décadas temos acompanhado um número crescente de pessoas interessadas em questões relacionadas à memória e conseqüentemente aos lugares onde ela se cristaliza. Esse interesse, ligado ao medo do esquecimento e a vontade de se aproximar de algo que traga conforto e estabilidade, é uma conseqüência do regime de historicidade presentista ao qual fomos expostos a partir da década de 1970 e que transformou nosso modo de se relacionar com o tempo (HARTOG, 1997).

Segundo Hartog (1997), vivemos em um presente onipresente, que ele chama de presentismo. Assim como o historiador frances, outros autores como Huyssen, Certeau e Koselleck, também observaram esse crescimento rápido da categoria do presente, pois as demandas da história, principalmente ligadas aos crimes contra a humanidade, nos intimavam

a responder certas questões que ainda eram muito presentes. Por isso, a questão do tempo passou a ser uma obsessão.

O fenômeno da aceleração da história, fruto do regime presentista, trouxe ao presente uma instabilidade e a incapacidade de preencher lacunas entre passado e futuro. Podemos dizer que a força motriz para esse movimento de aceleração está relacionada à sociedade de consumo, que transforma as novas invenções em produtos obsoletos rapidamente. Não há como negar que há um mal estar na pós-modernidade e este está indubitavelmente ligado ao excesso informacional e a nossa dificuldade em acompanhar as novidades do nosso próprio tempo. Cada vez mais vamos sendo jogados para o futuro, mas devido à incerteza que vemos nele, somos conduzidos a desacelerar e buscar apoio na memória e no passado (HUYSSSEN, 2000).

Segundo Koselleck (2006, p.36), à medida que o homem vai experimentando o tempo como um tempo inédito, o futuro torna-se desafiador, pois as expectativas não são previsíveis. Por isso, o futuro pesa para os contemporâneos, pois esses períodos são cada vez mais difíceis de assimilar e transformá-los em experiência. Do mesmo modo, o presente “escapa em direção ao não experimentável”.

Ainda segundo o historiador alemão, “o tempo que assim se acelera a si mesmo, rouba ao presente a possibilidade de se experimentar como o presente, perdendo-se em um futuro no qual o presente tomado como impossível de se vivenciar, tem se recuperado por meio da filosofia da história”. (KOSELLECK, 2006, p. 37).

Com isso, o regime de historicidade presentista se mostra insustentável e acaba por justificar a onda memorialística atual. É o medo do futuro e a insolidez do presente que levam as pessoas a sentirem necessidade de se aproximar dos lugares onde a memória se faz presente, possibilitando assim um sentimento de estabilidade e pertencimento.

O historiador Francês Pierre Nora (1993, p.13), acredita que atualmente se fala tanto em memória por que ela não existe mais, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea”, por isso é preciso recriar esses espaços, para que a própria história não elimine seus vestígios. O referido historiador é considerado o genitor da expressão *lugares de memória*, que por sua vez não está relacionada somente à dimensão material como também à dimensão funcional e simbólica. A expressão cunhada por ele se banalizou de tal forma que muitas vezes seu significado tem sido mal interpretado e geralmente associado à dimensão puramente material quando ligada à exploração turística.

De acordo com o contexto apresentado, as últimas décadas do século XX se mostraram muito propícias para a ampliação e a diversificação do turismo, que é o foco deste artigo, já que o interesse em consumir o passado tinha se tornado um desejo recorrente. Isso possibilitou o surgimento de um novo segmento turístico, o chamado “turismo Cultural”. O próprio movimento da nova história cultural

contribuiu com uma nova perspectiva para o turismo cultural, na medida que ampliava as possibilidades de objetos de interpretação e das formas de interpretar as culturas passadas, ampliando, ainda, as possibilidades de transformação dessas culturas em atrativos a serem problematizados e valorizados pelo visitante (MENESES, 2006, p. 48).

De acordo com Dias (2006, p. 35) “a relação entre o turismo e o patrimônio cultural, que é considerado a essência do turismo cultural, é um recurso econômico que não deve ser desprezado pelas comunidades”. Apesar de o turismo cultural ser um segmento em grande crescimento dentro do turismo, seu conceito ainda não é definido com precisão e o debate em torno do turismo cultural é bastante diversificado.

Segundo Greg citado por Costa (2009, p.39) o que torna difícil uma definição mais precisa é a “diversidade da cultura que os turistas consomem”, pois isso gera necessariamente uma segmentação dentro do próprio turismo cultural. Os elementos que compõem esse tipo de turismo são amplamente diversificados e isso resultou numa série de subdivisões, que talvez não caibam serem detalhadas uma a uma nesse pequeno artigo. Todavia, é importante salientar que no geral nessas subdivisões há a pretensão de colocar todos os elementos de natureza material ou simbólica que compõem o patrimônio cultural e que podem servir de atrativo turístico. Podemos citar como exemplo, o turismo gastronômico, o turismo paleontológico, o turismo étnico, o turismo religioso, dentro tantos outros segmentos.

Segundo Dias (2006, p. 56 p. 54) subdividir o turismo cultural é tarefa arriscada “pois é difícil segmentar um objeto como a cultura sem cometer graves equívocos”. No entanto, o mesmo autor também faz as mesmas segmentações que outros autores e define o turismo histórico como “um dos segmentos mais desenvolvidos do turismo cultural, que compreende as visitas a cidades históricas, a museus, a monumentos de valor histórico etc”.

Deixando de lado os riscos que a segmentação do turismo cultural pode causar, podemos pensar também que essa segmentação facilitaria a delimitação do campo a ser estudado pelos profissionais interessados no assunto e tornaria mais compreensível para o

grande público quais as intenções do turismo cultural como um todo.

De acordo com Costa (2009, p.39, p. 60), para os leigos e turistas, a idéia de turismo cultural é identificada como “um tipo de turismo que se estrutura a partir da visitação ou do conhecimento em *in loco* de recursos de origem cultural”, no entanto a referida autora acredita ser esta uma definição muito simplificada que estaria ignorando os verdadeiros objetivos do turismo cultural. Para ela, o principal objetivo “é propiciar experiências que dêem origem a um processo educativo que auxilie no desenvolvimento integral dos visitantes e, conseqüentemente, na conservação do recurso cultural visitado”.

Para a referida autora (2009, p.38), “o turismo cultural é atualmente caracterizado por uma ampla gama de conceitos e definições e por focos de análises paralelos, que contemplam tanto estudo de caso particularizantes quanto discursos conceituais mais genéricos”.

De modo geral, o turismo cultural é um segmento do mercado turístico embora tenha suas especificidades e pretensões, uma delas é ser diferente do turismo de massa. Há muitas definições de turismo cultural, sendo difícil unificá-las. Se observarmos a definição da ICOMOS de 1976 na Carta de Turismo Cultural, ela nos diz que,

o turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios históricos-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui – para satisfazer seus próprios fins – a sua manutenção e proteção. Essa forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada. (ICOMOS, 1976, p.2)

No entanto existem diversas outras definições que não serão abordadas nesse artigo, mas que no geral não diferem muito em seu significado. Dias (2006, p 40) tenta sintetizar algumas dessas definições considerando “como turismo cultural toda prática turística que envolva a apreciação ou a vivência de qualquer tipo de manifestação cultural, seja tangível ou intangível, mesmo que essa não seja a atividade principal praticada pelo viajante no destino”.

A partir disso, o autor dá a entender que o turista de ‘sol e mar’ também poderia em algum momento ser enquadrado como turista cultural, pois para ele, a atividade turística como um todo

tem natureza fundamentalmente cultural, pois se trata de um processo de interação continua entre comunidades diferentes que ocupam espaços distintos socialmente construídos e que por apresentar essa diversidade,

tornam-se atraentes para o conhecimento do outro (DIAS, 2006, p. 1).

Independente disso, Goodoy acredita que (2002, p. 134.), “o turismo de massa consumista está matando os lugares”, pois os visitantes estão mal informados e por isso vão levando destruição por aonde vão passando. Já o turismo cultural, por ter uma proposta de turismo diferenciada, geralmente tem atraído outro tipo de turista, mais educado e interessado em conhecer e preservar os locais visitados. Por esse motivo, esse tipo de turismo vem sendo divulgado inclusive como solução para áreas de preservação cultural que já foram muito desrespeitadas.

Dias (2006, p. 37), também acredita que a própria característica do turista cultural é diferente do turista de massa, pois “os turistas culturais como nicho de mercado, formam um tipo particular de pessoas geralmente com alto nível de consciência ambiental com visão politicamente ampla e com interesses culturais diferentes”.

A questão da utilização de bens culturais para fins turísticos é antagônica, e divide a opinião de autores e pessoas envolvidas com o patrimônio cultural e o turismo. Ao mesmo tempo, que o turismo cultural pode servir para dar vida aos bens que estavam abandonados e possivelmente fadados as ruínas caso não fossem reutilizados, sua utilização também pode acelerar seu processo de degradação, caso seu uso não esteja sendo bem planejado.

As discussões entre a própria história e turismo sobre essa questão já nos faz refletir sobre as aproximações e diferenças de ambas. Para os profissionais da área de turismo, um evento no passado, “é à base de um produto que deve ser comercializado amplamente, configurando um objeto econômico explícito” Já para os historiadores, ele se configura como um “produto de reflexão intelectual que é fundamentalmente intrínseco do fazer intelectual” (MENESES, 2006, p. 11).

Uma das palavras-chave para o sucesso do casamento entre patrimônio e turismo, seria a educação patrimonial ou uma educação para o patrimônio como muitos autores preferem se referir. A educação patrimonial leva a um processo de interpretação que é fundamental para “agregar valor ao produto turístico” e para dar significado à visita em sítios históricos (MURTA; ALBANO, 2002, p. 10) ¹, sendo essa opinião compartilhada por vários autores da área.

¹ Segundo Horta (1999), as ações voltadas à educação patrimonial se efetivam na prática em 1983 com a realização de um seminário no museu imperial do Rio de Janeiro. Desde então, muitas ações vem sendo tomadas para a difusão desta metodologia educacional voltada aos patrimônios que temos no país, estando constantemente em processo de descoberta.

Esse processo de interpretação/mediação nada mais é do que fornecer aos turistas informações relevantes quanto ao local visitado, e que elas tragam a possibilidade da interação com os bens em questão, com a população local e com os turistas.

Trabalhos realizados com base em uma mediação cultural têm dado certo por problematizar o local visitado e mostrar aos turistas mais interessados os amplos significados que um mesmo bem ou local oferece. A mediação cultural não pretende interferir na interpretação do turista, apenas estimulá-lo ao diálogo sem serem influenciados pelas falas dos mediadores ou ficarem apenas como meros ouvintes. “Enquanto o atrativo for uma peça de curiosidade apenas momentânea, ele será imediatamente esquecido após seu consumo” (MENESES, 2006, p.22).

Um mesmo objeto pode levar a diferentes interpretações e isso que se torna extremamente enriquecedor. E por isso o mediador deve estar atento, pois, “a interpretação deve ser geradora de questionamentos, de interrogações estimuladas de curiosidade, de reflexão” (MENESES, 2006 p. 56).

Segundo Murta (2002, p.150) a interpretação é fundamental para dar sentido às visitas, pois para ela tudo precisa de interpretação e mediação, porque as coisas não falam por si só. A interpretação possibilita uma “comunicação ligeira e amigável com o turista, abre oportunidades de um aprendizado informal que enriquece a experiência da visita”.

Dias (2006) nos alerta que não podemos esquecer que assim como qualquer outro turista, o turista cultural também está de férias em busca de algo prazeroso. Sendo preciso evitar uma mediação cultural prolongada e cansativa, que acabe por não trazer boas lembranças.

A historiadora francesa Françoise Choay (2006, p. 214) ressalta que a valorização do monumento² enquanto mercadoria é prejudicial a ele, pois muitas vezes há “reconstituições históricas ou fantasiosas, demolições arbitrárias, restaurações inqualificáveis tornaram-se formas de valorização”. Isso sem citar a imensidão de animadores culturais que foram surgindo para aumentar o número de visitantes destes locais. A autora acredita inclusive que estes animadores tiram à liberdade do expectador de viver a experiência cultural sem ser influenciado por tamanho “espetáculo” que gira em torno de uma visita.

² Para compreender as transformações terminológicas com relação ao monumento precisamos ter em mente as mudanças ocorridas desde suas origens, para depois compreendermos a noção de patrimônio que temos hoje. Para isso, indicamos consultar a obra completa da referida historiadora na seguinte obra: CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006.

Em contra partida, Murta e Goodey (2002, p. 16), acreditam que o turismo cultural tende a “ter um impacto positivo e ser um catalisador da restauração, conservação e revitalização de ambientes naturais e culturais, reforçando a cultura local e contribuindo para a geração de empregos e renda nas comunidades” se for bem planejado.

O planejamento e o critério das ações nessas áreas preservadas permitem “enfrentar as demandas do turismo sem ser engolida por ele no futuro”, afinal, parece que não há como fugir dessa obsessão pela utilização do patrimônio cultural para fins turístico-comerciais (MURTA, p. 140).

Se o turismo cultural for bem planejado, ele poderá trazer muitos benéficos para a comunidade envolvida, gerando emprego, renda e a possibilidade de preservação e divulgação do patrimônio. Porém, mesmo com os benefícios apontados, é necessário admitir, que “há sempre os riscos de danos à natureza e a identidade local, trazidos pelos empreendimentos do setor”, já que em alguns casos, se fará necessária a adaptação da estrutura para a recepção dos turistas, pois agora o imóvel não se destinará a sua função original (FREIRE; PEREIRA, 2002, p.126).

Dias (2006, p.50), acredita que mesmo havendo riscos na utilização “do patrimônio cultural para o turismo, as vantagens são bem maiores que os prejuízos, pois as atividades turísticas encontram novas funções para os bens culturais, de modo a torná-los um instrumento válido para o desenvolvimento sustentável”.

Segundo Meneses (2006, p. 13) “a experiência turística tem demonstrado que a participação comunitária sustenta não apenas o atrativo, mas também a própria estrutura receptiva do turista”. Os turistas não querem somente apreciar os bens preservados como também saber quem são os sujeitos envolvidos com a história local.

Porém, infelizmente é bastante comum moradores antigos desistirem de suas propriedades pela dificuldade em ter um bem tombado e pela forte pressão da especulação imobiliária. Muitos desses bens são considerados fardos tanto para os proprietários quanto para as administrações municipais que por vezes sofrem pressões para o destombamento de imóveis em áreas de alto valor econômico. (DIAS, 2006).

Lemos (2006, p.103) nos mostra o exemplo de Parati (RJ), considerando que o maior problema social do local, seria “a lenta e progressiva substituição da população autóctone, que vai se desfazendo de seus confortos e paisagens, pela gente de fora com grande poder aquisitivo”.

Temos também o exemplo do restauro do pelourinho em Salvador que excluiu a população local de qualquer participação no processo, inclusive impossibilitando-as de voltar a suas moradias depois de restauradas. “O projeto foi explicitamente “saneador”, visando excluir a pobreza que ocupava o lugar”. (MENESES, 2006, p. 51).

A recuperação do centro histórico de Salvador em 1992 estimulou diversas cidades a seguir o mesmo caminho, contudo, sem conhecer a alegoria que o pelourinho se transformou para agradar ao turista. É como se estivessem preocupados “unicamente na recuperação cenográfica das edificações”, pois ela trás todo um clima aos ambientes instalados (COSTA, 2009, p. 14).

O problema é que ao mesmo tempo em que o turismo cultural vem se catalisando como gerador de economia e desenvolvimento, ele tem “seguido percursos similares aos de qualquer outra forma ou setor de desenvolvimento econômico ou tecnológico tem deixado à margem parcelas significativas da sociedade e, assim, não tem contribuído com a melhoria da qualidade de vida das populações” (MENESES, 2006, p. 49)

Por esses motivos, o envolvimento das comunidades ligadas aos bens patrimoniais com os setores responsáveis pelo turismo cultural se mostra bastante importante para os bens em questão e para as pessoas que estão intimamente ligadas a eles. Transformar os moradores dessas áreas preservadas em agentes participativos desse processo pode ser encarado como uma oportunidade para divulgar sua história, valorizando-a e levantando sua economia.

O turismo cultural deve ser pensado em conjunto com a comunidade envolvida, que não deve se sentir deslocada ou prejudicada por tais atividades, no entanto isso não pode excluir de forma alguma a participação de profissionais capacitados para o desenvolvimento legal de um planejamento sustentável.

Entende-se aqui, como planejamento de turismo sustentável a busca de uma gestão que, após a interpretação criteriosa considere e privilegie a proteção e a preservação adequada do patrimônio cultural e natural, com sua utilização econômica realizada com equidade, tendo em vista a distribuição equilibrada e justa dos benefícios e custos da atividade do turismo receptivo (MENESES, 2006, p. 101)

Se o turismo cultural não buscar formas de se comunicar com o patrimônio e com as comunidades envolvidas, corre o risco de virar apenas uma mercadoria a ser consumida, assim como o turismo de massa, podendo “perder seu potencial de atração educativa para a

maioria dos observadores” (CHOAY, 2006, p. 138).

Segundo Goodoy (2002, p. 135), “teremos que fazer muito mais do que simplesmente abrir casas históricas”, se quisermos fazer dar certo esse tipo de turismo. Pois os significados desses bens atribuídos por especialistas, moradores e turistas são diferentes e isso deve ser levado em consideração na maneira como o patrimônio será reutilizado e como se dão as discussões nesse meio.

O turismo cultural possibilita a “democratização do conhecimento sobre o passado e o reconhecimento das diferentes vozes”, sendo o respeito de um pelo outro crucial para o sucesso desse tipo de atividade (FREIRE/PEREIRA, 2002, p. 128).

Segundo Dias (2006, p.42, p. 43) “a tendência da massificação do turismo cultural é inevitável, pois há um aumento no interesse das pessoas em conhecer seu próprio entorno, a história de sua comunidade local, nacional e da própria humanidade”. E da mesma forma, o referido autor acredita que não podemos encarar essa massificação como negativa, e sim como um reflexo do nosso tempo, onde todos podem “usufruir do patrimônio cultural, desde que se respeite a necessidade de sua preservação para que as gerações futuras também gozem desse direito”.

Apesar de a massificação ter um aspecto preocupante, se tomada às medidas necessárias para seu cuidado e manutenção, tende a ter seus reflexos positivos, como o interesse maior das pessoas em viajar e interagir com culturas diversificadas. Acima de tudo, os órgãos de preservação devem estar cientes de sua responsabilidade enquanto órgão fiscalizador e não permitir que a preservação do patrimônio cultural fique a mercê do sucesso do turismo cultural.

É necessário admitir que o interesse por viajar e conhecer culturas diferentes é bastante antigo. No entanto, a característica atual de muitas destas viagens está ligada a necessidade de visitar locais que possam de alguma forma remeter a um passado que traga a estabilidade e o sentimento de pertencimento que o regime de historicidade presentista levou.

Deste modo, o turismo cultural vem se apresentando como uma demanda do nosso tempo e podemos dizer que apesar de mostrar suas fragilidades e riscos, vem se mostrando como solução para a preservação de muitos sítios históricos. No entanto este segmento do turismo ainda carece de aprofundamentos para podemos analisar com precisão seus efeitos positivos e negativos para a preservação do Patrimônio Cultural.

Referências

- ALBANO, C; MURTA, S. M. Interpretação, Preservação e Turismo: uma introdução. In: ALBANO, C; MURTA, S. M; (orgs.). Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 9-12.
- CHOAY, Françoise. Alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, Unesp, 2006.
- COSTA, Flávia Roberta. Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação. São Paulo: SENAC; São Paulo: Edições SESC, 2009, p.1-76.
- DIAS, Reinaldo. Turismo e Patrimônio Cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006, p.1-66.
- FREIRE, D; PEREIRA, L. L. História Oral, memória e turismo cultural. In: ALBANO, C; MURTA, S. M; (orgs.). Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p.121-130.
- GOODEY, Brian. Turismo Cultural: novos viajantes, novas descobertas. In: ALBANO, C; MURTA, S. M; (orgs.). Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p.131-138.
- _____. MURTA, S. M. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: ALBANO, C; MURTA, S. M; (orgs.). Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p.13-46
- HARTOG, François. O tempo desorientado – tempo e história: “como escrever a história da França?”. Anos 90. Porto Alegre, n. 7, p. 7-28, julho de 1997.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Museu Imperial/IPHAN/MinC, 1999.
- HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000, p.9-40.
- ICOMOS. Carta de Turismo Cultural. Bélgica, 1976.
- KOSELLECK, Reinaldo. O futuro passado dos tempos modernos. In: _____. Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC/RIO, 2006, p. 21-39.
- LEMOS, Carlos A. Que é patrimônio histórico? São Paulo: brasiliense, 2006.

MENESES, José Newton Coelho. História e Turismo Cultural. Belo Horizonte: autêntica, 2006.

MURTA, S. M. Turismo Histórico-Cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. In: ALBANO, C; MURTA, S. M; (orgs). Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 139-151

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto história. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez de 1993.